

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 15.

1 A educação formal passa por uma crise sem precedentes. O modelo criado no final do século XIX para formar em
escala pessoas capazes de atender as necessidades da urbanização e industrialização crescentes pede tremenda e imediata
revisão. Já não é necessário preparar espíritos que se adaptem ao sistema de produção, mas sim lapidar talentos, inspirar
4 criatividade, solidariedade, colaboração, iniciativa, empreendedorismo, práticas capazes de produzir sentido permanente
nesta modernidade líquida. E o sistema emparedado da escola formal não parece ideal para responder a essa enorme
demanda. Efetivamente fica evidente a dificuldade dos que operam nos sistemas de educação de trocar o que parece ainda
7 funcionar pela incerteza perante o futuro e as demandas sobre este novo cidadão. E, entre o que não conhecem, é
preferível ficar com aquilo que sabem fazer e que, de algum modo, continua colocando os meninos nas faculdades.

A cada cinco anos, em média, aparece uma panaceia, que aponta, com ares de inovação efetiva, aquilo que pode
10 revolucionar o ensino. Vamos recordar o que acontece desde 1990: laboratórios de informática, Internet, *edutainment*,
reforma curricular, PNE, PNLD, *tablets*, *Common Core*, livro digital, *flipped classroom*, *adaptive learning*, *big data*, EAD,
PBL, STEM. Agora surge a onda *maker*.

13 Os norte-americanos, talvez os que buscam mais intensamente fomentar inovação no ensino (*vide* o projeto de
Nova Iorque, chamado *I-zone*, para o qual o governo criou uma secretaria B, limpa de burocracia, para abrigar as escolas
que querem criar currículos inovadores, fora da caixa, entre vários outros exemplos), adotam, especialmente nas
16 faculdades de educação, a filosofia *maker* como o novo cavalo de Troia para mobilizar inovação na educação. O Instituto
de Tecnologia de Massachusetts (MIT), em particular, já opera formando empreendedorismo digital há décadas. Segundo
Paulo Blikstein, de Stanford, representante da filosofia *maker* na educação, desde Rousseau educadores procuram produzir
19 atividades mais experimentais, mais centradas no aluno. Paulo Freire criticou nosso modelo bancário e descontextualizado
de educar e preconizava uma educação empoderadora, capaz de levar o aluno da consciência do real à consciência do
possível, permitindo que o aluno mobilize o conhecimento adquirido para aplicações em sua realidade.

22 Paulo Blikstein afirma que a fabricação digital poderia representar uma disrupção nas escolas, permitindo ao
estudante fazer coisas com segurança, construir e compartilhar suas criações. Um lugar que convidasse alunos e alunas (os
ambientes de robótica e ensino de programação existentes nesse espaço seriam francamente orientados aos trabalhos
25 de alunos), que misturasse computação, matemática, problemas reais e ferramentas de uso geral iguais às que os pais e
avós desses alunos ainda usam para resolver problemas domésticos e profissionais. E um lugar que tivesse máquinas que
pudessem produzir projetos e objetos “quase” profissionais, que deem orgulho aos meninos, que não sejam meros
28 trabalhos escolares, um lugar mais livre dentro do espaço escolar, que convide educadores a trabalhar em projetos abertos.

A questão crucial, portanto, consiste no desafio de criar um novo espaço escolar capaz de despertar essas atitudes
nos estudantes, capaz de induzir comportamentos semelhantes em outros que não apreciem tanto assim o que ali
31 se produz, capaz de mobilizar a atenção dos adultos educadores para que experimentem um pouco dessa atitude *maker*
em suas práticas, sejam professores de filosofia ou de ciências, e garantir que isso não seja mais uma moda, mais um
movimento de fora para dentro com pouco impacto no tecido social das escolas.

Moisés Zylbersztajn. **Muito além do maker: esforços contemporâneos de produção de novos e efetivos espaços educativos.** In: Clarissa Teixeira, Ana Cristina Ehlers e Marcio de Souza. **Educação fora da caixa: tendência para a educação no século XXI.** Florianópolis-SC: Bukess, 2015, p. 197-198 (com adaptações).

A respeito do texto e das ideias nele expressas, julgue os itens de 1 a 4.

- 1 No texto, estruturado em forma dissertativa, o autor menciona a defasagem do modelo atual de educação formal, concebido no final do século XIX para atender às necessidades daquela época.
- 2 Entende-se da leitura do texto que a aplicação, nas escolas, da filosofia *maker*, que é o fundamento do empreendedorismo digital e da fabricação digital, proporcionaria aos alunos a oportunidade de mobilizar o conhecimento adquirido para aplicações em sua realidade.

- 3 O emprego da linguagem figurada no texto, a exemplo da palavra “panaceia” (linha 9) e da expressão “cavalo de Troia” (linha 17), que, pelos sentidos do texto, remetem, respectivamente, a **invencionice** e **cilada**, evidencia a descrença do autor nas inovações na área da educação, para o qual é preferível trabalhar em sala de aula com “o que parece ainda funcionar”.
- 4 Conclui-se da leitura do último parágrafo do texto que os professores de filosofia e os de ciências seriam os mais habilitados para desenvolver a prática da atitude *maker* nas escolas.

Julgue os itens de **5 a 10**, referentes a aspectos linguísticos do texto.

- 5 Na linha 2, o deslocamento do termo “crescentes” para imediatamente depois de “necessidades” não comprometeria a coerência do texto, embora alterasse as relações sintático-semânticas estabelecidas na oração em que o vocábulo se insere.
- 6 Nos segmentos “nesta modernidade líquida” (linha 5) e “este novo cidadão” (linha 7), o emprego da forma pronominal de primeira pessoa evidencia a referência do autor ao momento em que o texto foi escrito.
- 7 Estariam mantidas a correção gramatical e a coerência do texto, embora com alteração de seu sentido, caso fosse inserida uma vírgula imediatamente depois do termo “outros” (linha 30).
- 8 A oração “para que experimentem um pouco dessa atitude *maker* em suas práticas” (linhas 31 e 32) expressa, em relação à oração precedente, circunstância de causa.
- 9 Estariam mantidas as relações coesivas e de sentido do texto, bem como a sua clareza, caso o trecho “capaz de despertar essas atitudes nos estudantes” (linhas 29 e 30) fosse reescrito da seguinte forma: **capaz de despertar-lhes essas atitudes**.
- 10 O segmento “que não apreciem tanto assim” (linha 30), construído com verbo no modo subjuntivo, exprime uma conjectura, e não uma realidade.

Considerando a manutenção da correção gramatical e a coerência das substituições propostas para vocábulos e trechos destacados do texto, julgue os itens de **11 a 15**.

- 11 “as necessidades” (linha 2) por **às necessidades**
- 12 “há” (linha 17) por **fazem**
- 13 “de alunos” (linha 25) por **discentes**
- 14 “E um lugar que tivesse máquinas” (linha 26) por **E um lugar onde existisse máquinas**
- 15 “se produz” (linha 31) por **é produzido**


Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca dos procedimentos de *backup* e da plataforma Google (Google Sala de Aula, Google Documentos e Google Planilha), julgue os itens de **16 a 20**.

- 16 Para que o *backup* de uma pasta ou de um conjunto de arquivos seja realizado, é necessário que o usuário de computador (PC) adquira aplicativos específicos para essa finalidade.

- 17 O usuário pode fazer uso de diversos dispositivos e locais para armazenar o seu *backup*, como, por exemplo, *pen drives*, discos rígidos e *datacenter*.
- 18 No Google Sala de Aula, os usuários administradores podem realizar diversas ações para organizar uma turma e definir privilégios de acesso a outros usuários, como professores e alunos; contudo, a remoção de alunos e professores das turmas somente é permitida mediante autorização junto ao suporte do Google.
- 19 Um dos recursos oferecidos pelo Google Documentos é a possibilidade de um usuário sugerir alterações em um documento sem alterar o texto original.
- 20 Para inserir uma fórmula no Google Planilha, usa-se o sinal de mais (+), e não o sinal de igual (=), utilizado em outros programas de edição de planilhas.

Quanto ao sistema operacional Windows 10, ao programa Microsoft Excel 2016 e aos conceitos e procedimentos de Internet, julgue os itens de **21 a 24**.

- 21 Uma das formas de melhorar o desempenho de um computador em que esteja instalado o sistema operacional Windows 10 é liberar espaço em disco.
- 22 No Windows 10, o usuário tem privilégios limitados; um exemplo disso é o fato de que não é permitido a ele identificar quais programas são iniciados automaticamente quando o computador é ligado.
- 23 No Excel 2016, caso se selecione um intervalo de células com números, será exibida a ferramenta Análise Rápida ().
- 24 O *Post Office Protocol* (POP), um dos protocolos de serviços da Internet, serve para que os usuários acessem suas caixas de mensagens em um servidor.

No que se refere aos poderes e atos administrativos, à administração direta e indireta e aos agentes públicos, julgue os itens de **25 a 28**.

- 25 A anulação dos atos administrativos pode ser realizada tanto pelo Poder Judiciário quanto pela Administração Pública, uma vez que se trata de medida adotada quando o ato é realizado em desrespeito à lei.
- 26 É requisito para que os particulares em colaboração com o poder público sejam considerados agentes públicos que eles recebam remuneração, mesmo que não tenham vínculo empregatício.
- 27 Os entes descentralizados da administração indireta têm, em regra, personalidade jurídica, capacidade de autoadministração e patrimônio próprio.
- 28 A Administração Pública exerce o poder normativo por meio de atos que, como a lei, emanam de normas, sendo, portanto, atos com efeitos gerais e abstratos.

A respeito do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, julgue os itens de **29** a **31**.

- 29** Na hipótese de acumulação lícita de cargos, o servidor poderá aproveitar o prazo e a pontuação do estágio probatório de um cargo para o outro cargo.
- 30** A recondução consiste na reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado quando invalidada a sua demissão por meio de decisão administrativa ou judicial, com o restabelecimento dos direitos que deixou de auferir no período em que esteve demitido.
- 31** A exoneração de ofício ocorre, exclusivamente, quando o servidor for reprovado no estágio probatório ou quando, tendo tomado posse, não entrar em exercício no prazo estabelecido.

O Distrito Federal está localizado entre os paralelos 15°30' e 16°03' de latitude sul e os meridianos 47°18' e 48°17' de longitude oeste, na região Centro-Oeste do Brasil. O Distrito Federal tem como limites naturais o Rio Preto, a leste, e o Rio Descoberto, a oeste. Ao norte e ao sul, é limitado por linhas retas, que definem o quadrilátero correspondente à sua área.

Internet: <codeplan.gov.br> (com adaptações).

Considerando os diversos aspectos da geografia do Distrito Federal, julgue os itens de **32** a **35**.

- 32** O território do Distrito Federal é banhado por diversos rios, que fazem parte, em nível nacional, das bacias hidrográficas do Paraná, do São Francisco e do Araguaia-Tocantins.

- 33** O Cerrado, vegetação original da maior parte do território do Distrito Federal, apresenta-se como uma savana pobre em fauna e flora, destoando, assim, do restante do País, que apresenta elevada biodiversidade.
- 34** O Distrito Federal possui área inferior a 6.000 km², limitando-se ao sul, ao norte, a leste e a oeste com o estado de Goiás e a sudeste com o estado de Minas Gerais.
- 35** O clima do Distrito Federal é predominantemente tropical de altitude, com as quatro estações bem definidas e pluviosidade caracterizada pela sazonalidade.

Julgue os itens de **36** a **40**, referentes a diversos aspectos da realidade do Distrito Federal.

- 36** As terras públicas rurais e urbanas no Distrito Federal que não sejam de propriedade da União são administradas, de acordo com as políticas governamentais, pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap).
- 37** A urbanização no Distrito Federal iniciou-se com os canteiros de obras na época da construção da cidade, que produziram aglomerações, como Cidade Livre, Vila Planalto e Metropolitana.
- 38** O documentário **Conterrâneos Velhos de Guerra**, de Vladimir Carvalho, retrata a realidade dos candangos nos primórdios da cidade, abordando a exploração, a repressão e os maus-tratos a que eles foram submetidos.
- 39** Segundo a última Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), ainda predominam, no Distrito Federal, os nascidos fora do Distrito Federal, sendo maioria os oriundos de Goiás; quanto à população economicamente ativa, os empregados no setor de serviços representam mais de três quartos do continente de trabalhadores.
- 40** Ceilândia, Gama e Taguatinga são as três regiões administrativas mais populosas, enquanto o Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) e a Fercal são as regiões administrativas de menor população.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 a respeito da educação, julgue os itens de **41 a 50**.

- 41** A educação, direito de todos e dever exclusivo do Estado, será promovida visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, a seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho.
- 42** O ensino será ministrado prezando pelo pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- 43** As universidades não gozam de autonomia didático-científica, devendo respeitar as diretrizes estabelecidas pelo Poder Executivo.
- 44** É vedado às universidades admitir professores e cientistas estrangeiros.
- 45** O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
- 46** O ensino é livre à iniciativa privada, independentemente de autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.
- 47** O ensino religioso, de matrícula obrigatória, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental.
- 48** O Ensino Fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurando-se às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e de seus processos próprios de aprendizagem.
- 49** A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão seus sistemas de ensino em regime de colaboração.
- 50** A União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os estados, o Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

À luz das disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, julgue os itens de **51 a 60**.

- 51** A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
- 52** O acesso à Educação Básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.
- 53** É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na Educação Básica a partir dos dois anos de idade.
- 54** A Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
- 55** Os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.
- 56** Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, é facultativo o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena.

- 57** A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até oito anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.
- 58** A jornada escolar no Ensino Fundamental incluirá, pelo menos, quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.
- 59** É vedado aos sistemas de ensino manter cursos e exames supletivos.
- 60** A formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível técnico, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Com base no Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, julgue os itens de **61** a **70**.

- 61** A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da Educação Básica destinada ao atendimento a pessoas jovens e adultas que, ao longo da sua história, não iniciaram ou mesmo interromperam a sua trajetória escolar em algum momento, ou em diferentes momentos, de sua vida.
- 62** A organização pedagógica das unidades escolares é parte indissociável do seu projeto político-pedagógico.
- 63** A unidade escolar, que oferta qualquer etapa ou modalidade de ensino, bem como as escolas de natureza especial, devem assegurar recursos de apoio ao processo de ensino e aprendizagem necessários ao desenvolvimento, ao enriquecimento e à avaliação do processo educativo.

- 64** Constituem-se recursos de apoio ao processo de ensino e aprendizagem apenas as tecnologias educacionais, o acervo bibliográfico paradidático e literário e o livro didático, sendo vedado o aproveitamento de periódicos e obras de referência.
- 65** Os Centros de Iniciação Desportiva têm como finalidade oferecer modalidades desportivas e demais elementos da cultura corporal como opção de aprofundamento do currículo da Educação Básica.
- 66** Os Centros de Iniciação Desportiva têm como objetivo exclusivo propiciar condições para que o estudante desenvolva a compreensão e a materialidade da aprendizagem de conteúdos da cultura.
- 67** A organização curricular, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, deve garantir o desenvolvimento dos temas transversais previstos na legislação vigente, coerentes com a realidade, e os interesses do estudante, da família e da comunidade.
- 68** No Ensino Médio, a organização curricular enfatiza a construção de conceitos, procedimentos e atitudes a partir das mediações feitas pelos estudantes e, principalmente, pelo professor, possibilitando ao estudante ampliar sua capacidade de aprender.
- 69** As unidades escolares são impedidas de adotar o avanço de estudos para anos ou séries subsequentes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.
- 70** O ano letivo regular, independentemente do ano civil, tem, no mínimo, 220 dias, e o semestre tem 110 dias de efetivo trabalho escolar, excluídos os dias reservados a recuperação e exames finais, em conformidade com as orientações do Conselho de Educação do Distrito Federal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca das normas processuais fundamentais do processo civil, julgue os itens de **71 a 75**.

- 71** O devido processo legal, em sua dimensão formal, veicula autolimitação ao poder estatal no sentido de vedar a edição de normas que vulnerem as bases do regime democrático.
- 72** O direito ao contraditório observa intensidades distintas nas searas penal e civil.
- 73** O direito ao contraditório não é absoluto, como ilustram os pedidos liminares *inaudita altera parte*, hipótese excepcional em que se afasta sua incidência.
- 74** Dado que a execução civil parte da certeza jurídica sobre a existência do direito exequendo, não há que se falar em contraditório em seu bojo.
- 75** A razoável duração do processo não se confunde com a celeridade jurisdicional, mas sim com a necessidade de que a prestação jurisdicional busque a eficiência e evite os chamados tempos mortos do processo.

Em relação ao litisconsórcio multitudinário, julgue os itens de **76 a 80**.

- 76** A limitação do número de litisconsortes pelo juízo pode dar-se de ofício ou a requerimento do réu, alcançando as modalidades facultativa e necessária.
- 77** A lei não preestabelece limite numérico para configuração do litisconsórcio multitudinário, cabendo ao juízo, à luz do caso concreto, verificar potencial prejuízo à ampla defesa e ao contraditório.
- 78** Configurado o litisconsórcio multitudinário, o juízo extinguirá o feito, determinando ao autor a cisão da ação em blocos para posterior novo ajuizamento.
- 79** O desmembramento do litisconsórcio multitudinário impõe que as ações dele oriundas, embora separadas, tramitem por conexão perante o mesmo juízo.
- 80** Requerida a limitação do litisconsórcio pelo réu, fica suspenso o prazo para oferta de sua contestação.

Julgue os itens de **81 a 85**, referentes à tutela provisória.

- 81** A irreversibilidade dos efeitos da tutela provisória de urgência antecipada é requisito atenuado quando há a chamada irreversibilidade recíproca, isto é, quando o risco de prejuízo que aflige a parte é igualmente irreversível.

- 82** Por ser precária a tutela provisória de urgência antecipada suscetível de revogação, cabe ao juízo sempre impor ao requerente a prestação de caução a título de contracautela.
- 83** O cumprimento provisório da tutela provisória de urgência antecipada faz recair sobre a parte a responsabilidade de, revertida a tutela, indenizar seu adversário nos danos que, em processo apartado, vierem a ser eventualmente apurados.
- 84** A tutela provisória de evidência, por prescindir de risco, não admite a concessão *inaudita altera parte*.
- 85** A tutela de evidência fundada em abuso de direito de defesa da parte não deixa de fundar-se em presunção legal relativa de que aquele que opõe óbices injustificados ao processo potencialmente não tenha razão.

Quanto ao controle de constitucionalidade no tempo, julgue os itens de **86 a 90**.

- 86** A técnica de modulação de efeitos em controle concentrado de constitucionalidade excepciona a regra de nulidade da norma inconstitucional, permitindo a preservação de seus efeitos em dado recorte temporal a bem da segurança jurídica e da boa-fé.
- 87** No controle concentrado, a modulação de efeitos observa quórum simples e não qualificado.
- 88** A modulação de efeitos como técnica restringe-se à modalidade concentrada de controle, limitando-se o modelo difuso aos efeitos *ex nunc*.
- 89** Não se admite no sistema brasileiro, como regra, o fenômeno da convalidação, ou da constitucionalidade superveniente.
- 90** Não se admite no sistema brasileiro a inconstitucionalidade superveniente, porque norma anterior à nova Constituição e com ela incompatível simplesmente não é recepcionada, do mesmo modo que norma anterior a emenda à Constituição e com ela incompatível é revogada.

Com base na reserva legal qualificada estabelecida pela Constituição Federal de 1988 (CF) acerca do sistema tributário nacional, julgue os itens de **91 a 95**.

- 91** Cabe à lei complementar instituir as limitações ao poder de tributar.
- 92** Cabe à lei complementar definir tributos e suas espécies, para além daqueles já discriminados na Constituição.

- 93** Cabe à lei complementar instituir um regime único de arrecadação dos impostos dos entes federativos, que será obrigatório para o contribuinte.
- 94** Cabe à lei complementar instituir um regime único de arrecadação dos impostos dos entes federativos, vedadas as condições diferenciadas de enquadramento por estado.
- 95** Cabe à lei complementar a possibilidade de estabelecer critérios especiais de tributação a fim de prevenir desequilíbrios da concorrência.

A respeito da repartição das receitas tributárias na CF, julgue os itens de **96 a 100**.

- 96** O Fundo de Participação dos Estados é composto, em parte, por parcela do produto da arrecadação, pela União, de imposto sobre renda e proventos.
- 97** O Fundo de Participação dos Municípios é composto, em parte, por parcela do produto da arrecadação, pela União, de imposto sobre renda e proventos.
- 98** O Fundo de Participação dos Estados é composto, em parte, por parcela do produto da arrecadação, pela União, de imposto sobre produtos industrializados.
- 99** O Fundo de Participação dos Municípios é composto, em parte, por parcela do produto da arrecadação, pela União, de imposto sobre produtos industrializados.
- 100** O Fundo de Participação dos Estados é composto, em parte, por parcela do produto da arrecadação, pela União, da contribuição por intervenção no domínio econômico, cabendo aos estados, todavia, o repasse de parcela desse valor aos seus respectivos municípios.

Acerca do controle da Administração Pública, julgue os itens de **101 a 105**.

- 101** O controle social da Administração ganha cada vez mais importância atualmente, muitas vezes funcionando de forma mais eficiente e barata que mecanismos institucionais.
- 102** Uma democracia participativa permite não apenas um maior controle social da Administração, mas influxos capazes, inclusive, de nortear políticas públicas.
- 103** É dever do Estado não apenas se abrir e fomentar o controle social, mas também assegurar mecanismos que o viabilizem, como os portais de transparência.
- 104** O controle social rompe amarras de uma democracia puramente representativa, emancipando a sociedade civil para uma atuação direta nos negócios e na vida pública.
- 105** Conselhos com participação popular e audiências e discussões públicas prévias à elaboração de propostas orçamentárias funcionam como alguns dos exemplos positivos de um controle social mais efetivo.

À luz da Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens de **106 a 110**, a respeito da definição de superfaturamento.

- 106** A Lei n.º 14.133/2021 enuncia um rol taxativo de hipóteses em que se configura o superfaturamento, vedada a interpretação extensiva.
- 107** Cláusulas financeiras que importem recebimento antecipado pelo contratado não veiculam hipótese de superfaturamento.
- 108** A prorrogação do prazo contratual importa superfaturamento.
- 109** O reajuste de preços importa superfaturamento.
- 110** Alterações no orçamento de obras incorrem em superfaturamento.

Considerando as disposições da Lei n.º 14.133/2021 e a designação de agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da referida Lei, julgue os itens de **111 a 115**.

- 111** No âmbito dos órgãos e das entidades, o servidor designado deverá ser, necessariamente, efetivo, isto é, do quadro permanente da Administração.
- 112** No âmbito dos órgãos e das entidades, o servidor designado não poderá ter cônjuge que possua qualquer contrato, sob qualquer vínculo ou duração, com a Administração, em qualquer esfera.
- 113** No âmbito dos órgãos e das entidades, o servidor designado deverá possuir experiência prática anterior comprovada e área de formação acadêmica com ênfase jurídica.
- 114** No âmbito dos órgãos e das entidades, o servidor designado poderá cumular funções sensíveis, de modo a concentrar as atividades e reduzir sua vulnerabilidade à atuação de terceiros de má-fé.
- 115** Os impedimentos e requisitos aplicáveis ao servidor designado estendem-se aos agentes de assessoramento jurídico e de controle interno.

Com fundamento na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue os itens de **116 a 120**.

- 116** A nova publicação de lei, destinada à retificação de equívocos, não influencia a contagem da *vacatio legis*.
- 117** A repristinação, no Brasil, é excepcional, não se restaurando norma por revogação da lei que a revogue.
- 118** Na omissão da lei, o juiz deve decidir com base na equidade.
- 119** Ato jurídico perfeito é aquele iniciado sob a égide de lei vigente, que segue aplicável a ele e aos seus efeitos, independentemente de posterior mudança normativa.
- 120** As leis em geral, exceto as temporárias, permanecem válidas até que outra as revogue.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **azul** ou **preta**, fabricada com material transparente. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A síndrome de *burnout* é um distúrbio psíquico caracterizado pelo estado de tensão emocional e estresse provocados por condições físicas, emocionais e psicológicas de trabalho desgastantes. A síndrome se manifesta especialmente em pessoas cuja profissão exige envolvimento interpessoal direto e intenso, como os profissionais das áreas de educação, saúde, assistência social, recursos humanos, agentes penitenciários, bombeiros, policiais e mulheres que enfrentam dupla jornada. O tratamento desse distúrbio inclui o uso de antidepressivos e psicoterapia. Atividade física regular e exercícios de relaxamento também são recomendados para ajudar a controlar os sintomas.

Internet: <drauziovarella.uol.com.br> (com adaptações).

O objetivo fundamental da gestão de pessoas consiste em tornar efetivas todas as disposições que contribuam para uma convivência organizacional mais saudável e com resultados genuínos de desenvolvimento, qualidade, produtividade e competitividade sustentáveis.

Internet: <infoescola.com.br> (com adaptações).

A gestão escolar é reconhecida como um elemento determinante do desempenho de uma escola, e o entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu acompanhamento e agindo sobre elas em conjunto. Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade, que cria um todo orientado por uma vontade coletiva.

Internet: <blog.portaleducacao.com.br> (com adaptações).

Considerando que os textos acima tenham caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Síndrome de *burnout* e ações da gestão escolar para a melhoria da qualidade de vida de professores

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) ações direcionadas ao corpo docente;
- b) ações direcionadas à direção e à coordenação pedagógica; e
- c) ações que envolvam a comunidade escolar.